

1. Elaboração da Revisão do Plano Director Municipal

A deliberação de determinação da revisão do Plano Director Municipal de Paredes de Coura foi aprovada pela Câmara Municipal em 26/04/2000 e divulgada através de Edital em 27/04/2000.

2. Objectivos

Os objectivos que determinaram a necessidade da Câmara Municipal em proceder à revisão do Plano Director Municipal ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 82/95, de 25 de Agosto devem-se sobretudo à necessidade da revisão da Reserva Agrícola Nacional (RAN), sentida pelos eleitos, técnicos e população em geral, tendo como consequência a pouca capacidade para fixação da população mais jovem em algumas freguesias uma vez que a RAN e os Perímetros Florestais existentes geram constrangimentos vários na gestão urbanística municipal.

3. Metodologia

3.1 – Desenvolvimento da 1ª Fase

A metodologia adoptada para a realização da presente revisão do Plano Director Municipal consistiu, sobretudo, ao nível do desenvolvimento da 1ª Fase de trabalho - Caracterização e Diagnóstico (Física, Social, Económica e Urbanística), na actualização dos elementos necessários quer ao conhecimento global do território por parte da equipa quer das bases de suporte do trabalho nas fases futuras, nomeadamente na proposta de ordenamento do Plano.

Após a conclusão da primeira fase, na qual se caracterizou a área de intervenção identificando, nomeadamente a estrutura do povoamento e a hierarquia da rede urbana, os valores culturais e naturais assim como as áreas de equipamentos colectivos, da RAN e da REN, procedeu-se à elaboração da 2ª Fase – Estudo Prévio.

3.2 – Elaboração da 2ª Fase

O Estudo Prévio – elaborada de acordo com o Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 310/2003, de 10 de Dezembro, tem como objectivos gerais, estabelecer o modelo de estrutura espacial do território municipal, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento a partir da qualificação do solo, definindo as estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento das actividades industriais, a localização de equipamentos de uso e interesse colectivo, a estrutura ecológica, bem como o sistema urbano de transportes e estacionamento.

Pretende-se, assim ordenar o concelho, tendo em conta as características e a riqueza da sua paisagem, reduto significativo de uma área de transição do Minho litoral para Trás-os-Montes.

Desta forma, no sentido de auxiliar a justificação para as propostas realizadas retivemos da fase anterior, as seguintes linhas de força relativamente à situação existente:

- Tendência para a dispersão no povoamento,
- Capacidade construtiva muito reduzida nalgumas freguesias rurais,
- Áreas agrícolas de elevado risco de incêndio,
- Debilidade da estrutura urbana de alguns núcleos populacionais,
- Carências de equipamentos sociais,
- Sistema Urbano pouco equilibrado.

3.3 – Concretização da 3ª Fase

A revisão do PDM, no que diz respeito à 3ª Fase – Versão Final do Plano e consequentemente, da sua proposta de Planta de Ordenamento e de Planta de Condicionantes, encontra-se actualmente em curso, seguindo o novo enquadramento legal, o Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de Junho, que define o regime geral de usop do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial.

Desta forma, após ter sido elaborada a proposta de nova Reserva Agrícola Nacional, foi a mesma posteriormente aprovada pela Comissão Regional da Reserva Agrícola Nacional, para vir a integrar a Planta de Condicionantes do PDM em revisão.

No que se refere ao Regime Florestal, a proposta de desafecção foi efectuada de acordo com o sistema urbano proposto na Planta de Ordenamento do PDM e encontra-se em apreciação pelos serviços competentes.

Prevendo a sua integração na Planta de Ordenamento e na Planta de Condicionantes, procede-se, actualmente à realização dos seguintes estudos:

- 1 - Dando cumprimento ao disposto no referido decreto, e no que diz respeito à necessidade de realização da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), concretizada através do Relatório Ambiental do Plano, encontra-se em curso o Relatório de Factores Críticos que determina o âmbito do relatório. Elaborado de acordo com o Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho, que define o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.
- 2 – Na Reserva Ecológica Nacional, procede-se à sua adequação ao novo Regime Jurídico publicado através do Decreto-lei nº 166/2008, de 22 de Agosto.
- 3 – Elaboração do Mapa de Ruído, de acordo com o Decreto-Lei nº 9/97, de 2007, de 17 de Janeiro que altera altera a Portaria nº 138/2005, de 2 de Fevereiro e define a obrigação de elaborar o Mapa de Ruído do concelho

No decorrer do processo, para além das Reuniões efectuadas com a Comissão Técnica do PDM, têm sido realizadas diversas reuniões sectoriais com diversas entidades da Administração Central.

4 – Enquadramento Regional

Plano Regional de Ordenamento do Território do Alto Minho, (PROTAM) 1995

Por Resolução do Conselho de Ministros nº 49/93, a CCRN promoveu a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alto Minho – PROTAM. De entre os diversos objectivos constantes na referida Resolução sublinhe-se que o PROTAM deve *“contribuir para definir os modelos de ocupação e promoção mais ajustados a este espaço de forma a articular e a reajustar os padrões de uso, ocupação e transformação do solo assumidos nos instrumentos de ordenamento municipal.”*

Na elaboração do PROTAM a metodologia utilizada teve em conta vários aspectos, nomeadamente *“a assumpção dos PDM no que respeita à delimitação dos perímetros urbanos e das principais condicionantes ao uso do território, em particular da RAN e da REN”* (pg.4).

Da caracterização efectuada sobre o Alto Minho, merece a pena reter alguns pontos em particular aplicação no concelho de Paredes de Coura:

- *“o Alto Minho, de carácter vincadamente rural, sem aparelho industrial consolidado, com um baixo nível de serviços às empresas, fraca dotação infra-estrutural e um sistema urbano desequilibrado, não conseguiu, globalmente, ultrapassar a sua excentricidade. A barreira política que a fronteira com Espanha constituiu até aos anos recentes manifestou-se, também, como uma barreira económica e social, concorrendo para essa situação.”* (pg. 11)
- *“merece destaque, em todo o Alto Minho, a degradação do espaço florestal, bem como a ausência de qualidade arquitectónica nas construções mais recentes.”* (pg.17)
- *“existência de um modelo de organização territorial e socio-económico ainda funcional, onde sobressaem, pela sua constante repetição, duas ideias chave – diversidade e qualidade”* (pg.23).

- *“as formas de ocupação e de aproveitamento do território, revelando a tradicional dicotomia litoral/áreas ribeirinhas e montanha, mantêm ainda condições “modelares” de organização e expressão territorial. Modelares em termos físicos – aos cursos de água sucedem a planície de aluvião, a meia encosta e as áreas mais elevadas; em termos de padrão de povoamento – espelhando o modelo mais puro de disseminação; em termos do regime fundiário e policultural dos sistemas agrícolas”(pg.23).*
- *“no contexto de abertura ao exterior, em que o Alto Minho se coloca na actualidade, indicia-se o acentuar de algumas ameaças intrínsecas ao próprio sistema, como sejam o decréscimo contínuo da população, o envelhecimento populacional, a degradação do mundo rural a par da crescente litoralização, a estandardização dos padrões e opções, em resumo, a simplificação redutora do modelo. Esta abertura, no entanto, coloca um desafio fundamental ao Alto-Minho, e que é o de conseguir, num quadro competitivo com outras regiões, fazer valer os seus inúmeros recursos, requalificando simultaneamente os vectores mais debilitados do seu modelo territorial sócio-económico” (pg. 24).*

Em matéria de ‘enquadramento estratégico’ são salientadas as seguintes questões:

- *“O Alto Minho constitui a única área de fronteira portuguesa fortemente humanizada. A barreira económica e social que a fronteira administrativa constitui tem vindo a ser progressivamente ultrapassada, assistindo-se, nos últimos anos, a uma intensificação das relações transfronteiriças, dadas as condições favoráveis resultantes da adesão de Portugal e Espanha à União Europeia” (pg. 25);*
- *“(…) sendo igualmente certo que interessa antecipar e evitar os factores de risco que tal situação comporta, em particular o da desagregação da área pelos efeitos induzidos por forças exógenas fortemente polarizadas, a norte e a sul” (pg. 25);*
- *“O potencial endógeno do Alto Minho suporta-se em grande parte no valor e invulgar variedade dos seus recursos naturais” (pg. 26);*
- *é objectivo do PROT “promover e qualificar a imagem emblemática do Alto Minho não apenas no sentido de incentivar a sua procura exterior, mas fundamentalmente potenciando as condições conducentes à melhoria da qualidade de vida das populações locais” (pg. 27);*

- o modelo de organização territorial que o PROTAM propõe que a intervenção no sistema urbano seja “*assente na procura de um modelo de rede urbana apoiada nas dinâmicas positivas já instaladas, procurando corrigir disfunções detectadas e propondo um perfil de desenvolvimento funcional que se apoia nas dez sedes de concelho, e se inspira na identidade própria e na tradição dos aglomerados urbanos do Alto Minho (...)*” (pg. 28);
- “*o ordenamento dos espaços industriais passa pela consolidação de duas áreas industriais de maior dimensão (em Viana do Castelo e S. Pedro da Torre/Valença), pela instalação de um conjunto de zonas industriais de interesse supramunicipal, como as de Arcos de Valdevez/Ponte da Barca, Vila Praia de Âncora/Caminha, Ponte de Lima e Campos/Vila Nova de Cerveira, complementadas com uma rede de áreas de interesse municipal, previstas nos respectivos planos municipais de ordenamento do território. No sub-sector da Indústria Extractiva, (...) consideram-se alguns locais reconhecidos como privilegiados para a sua actual exploração (nomeadamente “Granitos de Monção”, próximo desta localidade, granodiorito de Insalde e Venade (Paredes de Coura) (...)* (pg. 32).

Como forma de operacionalizar as propostas realizadas são apresentadas várias acções a realizar para consolidação do sistema territorial do Alto Minho, de entre as quais se salientam de seguida as que, numa primeira abordagem, têm uma relação directa com Paredes de Coura.

Listagem de Acções propostas no PROTAM

(com interesse para o concelho de Paredes de Coura)

Acção	Designação da Acção	Área de Intervenção
8	Centro Escolar	Paredes de Coura
10	Centro de estágios desportivos	Paredes de Coura
49	Recuperação e refuncionalização da Casa do Outeiro para Museu	Paredes de Coura
50	Recuperação e refuncionalização da Casa da Veiga	Paredes de Coura
69	Rectificação da EN 302/303	V.N.Cerveira /Paredes de Coura/Arcos de Valdevez
83	Reforço do abastecimento de água	Paredes de Coura
86	Sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais do Vale do Minho	6 Concelhos do Vale do Minho, incluindo Paredes de Coura
91	Criação e consolidação de uma rede de áreas industriais de interesse municipal previstas nos PMOT	

92	Promoção do acesso das áreas industriais à rede viária principal	
95	Articulação do produto turístico do Alto Minho com o Norte de Portugal e Galiza	
96	Implementação de percursos culturais temáticos identificados	
97	Sinalização turística no Alto Minho	
98	Criação de percurso de montanha, sua sinalização e infra-estruturação	
99	Criação e animação de percursos turísticos	
101	Estudo de base sobre o risco de incêndio permanente na região, através da criação de uma base cartográfica de dados com actualização permanente da informação para elaboração dos Planos Municipais de Intervenção Florestal	
103	Estudo de sistemas de mecanização para a limpeza e controle de fogos	
104	Criação de Gabinete de Apoio Técnico Agro-florestal	
105	Classificação e protecção de áreas de conservação de valores florísticos e sensibilização faunística	
106	Beneficiação e recuperação de áreas florestais degradadas	
129	Classificação como área protegida de interesse local do interflúvio dos rios Labruja, Coura e Vez	Ponte de Lima; Paredes de Coura; Arcos de Valdevez; Valença
137	Abertura de processos de classificação e definição de zonas especiais de protecção e para a valorização do património	
138	Abertura de processos de reabilitação para os <i>Conjuntos</i> em Espaço Rural	
139	Estabelecimento de regras de gestão para os <i>Sítios</i>	
140	Criação de instrumentos financeiros de suporte a acções de reabilitação urbana e do património	

Fonte: CCRN, 1995, Relatório do PROT do Alto Minho

5 - Linhas de Orientação

Nesta fase de desenvolvimento da Revisão do Plano Director Municipal de Paredes de Coura – Estudo Prévio – entendemos que é importante sistematizar através do presente documento as primeiras conclusões relativamente ao conhecimento do “terreno”, apontando as principais potencialidades e debilidades que, no nosso entender comprometem um desenvolvimento sustentável do território municipal.

Desta forma, o conhecimento do concelho formou-se através das visitas de campo efectuadas, da leitura dos elementos de caracterização do PDM em vigor e dos diversos estudos existentes sobre o concelho, das “conversas” que tivemos quer com o executivo municipal quer com os responsáveis e respectivos técnicos dos serviços

municipais e ainda através dos elementos fornecidos por diversas entidades públicas e privadas.

Relativamente às **potencialidades** é consensual que o território municipal dispõe de potencialidades propícias à implementação e desenvolvimento de actividades ligadas ao sector do turismo, apresentando:

- Áreas de elevado valor paisagístico, nomeadamente a “Área Protegida de Corno do Bico” e área incluída no “Sítio PTCON0040 da Rede Natura” ou até a EN 301, via com interesse paisagístico;
- Áreas de Povoamento rural tipicamente serranas;
- Património cultural de grande valor arqueológico e arquitectónico, nomeadamente o “Povoado Fortificado de Cossourado” ou o aglomerado rural de Porreiras;
- Equipamento de Lazer ligados actividades de ar livre, dos quais referimos a “Praia Fluvial” e a “Reserva de Caça” e mais recentemente o “Parque de pesca da Casa do Xisto”
- Localização privilegiada na parte oeste da Região Norte de Portugal e proximidade da Galiza;
- Acessibilidade rápida à Área Metropolitana do Porto a partir do IP1-A3;
- Boas condições de estadia, nas casas de Turismo em Espaço Rural em franca expansão.
- Fixação de população aos fins de semana e férias (aquisição de imóveis para recuperação de 2ª habitação).

Debilidades

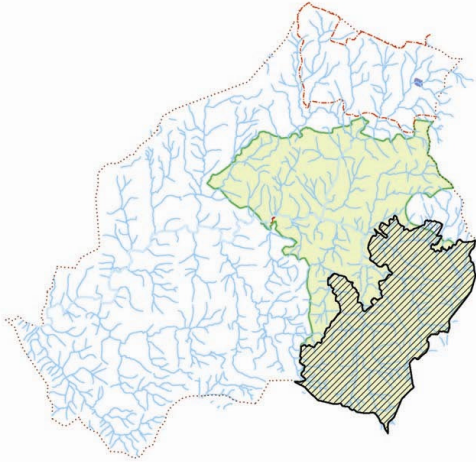
- Capacidade construtiva muito reduzida nalgumas freguesias rurais desfavorecendo a fixação da população jovem;
- Envelhecimento da população rural e conseqüente abandono dos campos agrícolas;
- Áreas florestais de elevado risco de incêndio;
- Pouca divulgação do concelho em rotas turísticas, nomeadamente do Alto Minho;
- Pouco desenvolvimento do comércio de produtos tradicionais;
- Restauração e similares de qualidade centralizados na Sede do Concelho;

- Ausência de sinalização turística;
- Baixa capacidade de alojamento;
- Tendência para a dispersão no povoamento.

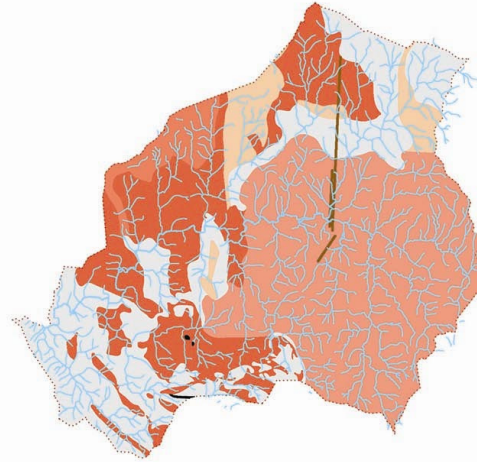
A proposta de ordenamento do território concelhio a realizar no âmbito do previsto na elaboração da revisão do Plano Director Municipal de Paredes de Coura será orientada para combater as debilidades apresentadas e outras que naturalmente se nos afiguram no decorrer dos trabalhos e ainda para “potenciar” as potencialidades verificadas nesta fase.

Assim, de acordo com os objectivos enunciados pelo executivo, teremos especial atenção às necessidades da população residente não perdendo de vista os objectivos de assegurar um desenvolvimento sustentável do território municipal.

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE PAREDES DE COURA



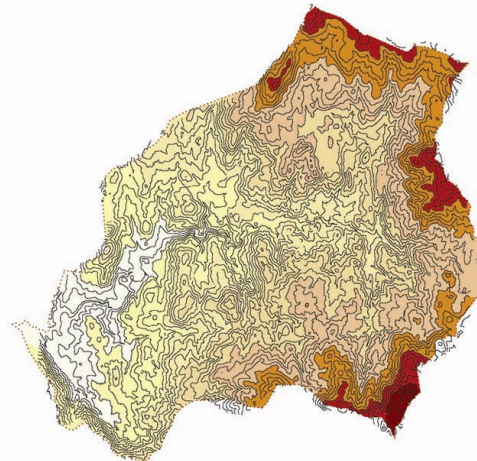
PLANTA DE ÁREAS DE PROTEÇÃO



PLANTA GEOLÓGICA



PLANTA DE POVOAMENTOS FLORESTAIS



PLANTA HIPSOMÉTRICA

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Isabel Maria Matias – Arquitecta Urbanista,

Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental

Doutoranda em Urbanismo e Ordenamento do Território

Equipa Técnica

Maria Leonor Batalha – Mestre em Extensão e Desenvolvimento Rural, Licenciada em Planeamento Regional e Urbano

Maria Alexandra Duborjal Cabral – Arquitecta Paisagista

Isabel Linhares – Engenheira Silvicultora

Susana Mota – Economista

Maria Carla Pestana – Arquitecta

Adriano Manuel Borges – Arquitecto

Ana Filipa Fernandes - Arquitecta

Para a realização desta fase do trabalho no prazo previsto foi essencial o envolvimento do Executivo Municipal e a colaboração do seu corpo técnico, nomeadamente a Sr^a Arquitecta Eduarda Fontelo e o Sr. Engenheiro Guerreiro, assim como a ajuda preciosa no conhecimento do “terreno” do Sr. José Sousa. Um agradecimento para a Prof. Doutora Fátima Silva, no fornecimento de informação de grande utilidade quer para o conhecimento do povoamento do território quer para a sua utilização na proposta de ordenamento concelhio.